

Culturas em contato: anglo-saxões e escandinavos na Inglaterra durante a Era Viking (793-1016)

Isabela Albuquerque¹
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
isabela.albuquerque16@gmail.com

Recebido em: 07/10/2017
Aprovado em: 15/12/2017

Resumo :

Apesar das referências nas fontes documentais escritas apontarem os grupos vikings como cruéis, bárbaros e sanguinários – características as quais são ressaltadas ainda pelos meios midiáticos – as relações destes com os povos de origem anglo-saxã não foi apenas marcada pelo conflito. Hábidosos navegadores e comerciantes, sua chegada e principalmente a fixação em novas áreas fez com que suas relações com os povos conquistados precisassem ser revistas. No caso específico da Inglaterra nos séculos IX-X a presença escandinava a partir de assentamentos impelia que as populações locais convivessem com os invasores, sem que isso representasse necessariamente um entrave para ambos. Procuramos identificar como as identidades anglo-saxã e escandinava foram construídas a partir da interação entre ambos os grupos.

Palavras-chave: Vikings – Inglaterra – Identidade – Anglo-saxões.

Abstract :

Despite the references in written documental sources pointed Viking groups as cruel, barbarians and bloodthirsty – characteristics which are highlighted on the media – the relations between them and the Anglo-Saxons were not always marked by conflict. Skillful navigators and traders, their arrival and mainly their settlement in new areas made their relations with conquered people reviewed. In specific case of England in 9th-10th centuries, Scandinavian presence in settlements drove to local populations to interact with the invaders, without it representing a hitch to neither of them. We sought to identify how Anglo-Saxon and Scandinavian identities were constructed through interaction between both groups.

Keywords : Vikings - England – Identity – Anglo-saxons.

¹ Doutora em História Comparada pelo PPGHC/UFRJ.

1. Os escandinavos e a Era Viking (IX-XI)

As discussões em torno da aplicabilidade do termo “viking” não são muitas, se comparadas ao volume de obras produzidas que utilizam o vocábulo de alguma forma. Muitos dos autores, cujas pesquisas perpassam o contato com povos de origem escandinava, tendem a homogeneizar o uso do vocábulo em diferentes situações, sem muitas vezes problematizá-lo.

Johnni Langer afirma que até o século XVIII “a palavra viking possuía um sentido negativo, designando crueldade, barbárie, paganismo e bestialidade” (LANGER, 2015: 547). A partir do século XIX, a academia foi altamente influenciada pelo romantismo por trás do “vikinguismo” e destacavam-se os ideais de honra, glória e bravura daqueles homens e guerreiros.

Apesar dos problemas em torno do termo, muitos revisionistas concordam que é difícil substituir o termo por outro mais satisfatório. De acordo com Langer,

Pode-se continuar a empregar a polêmica palavra no sentido de *um modo de vida orientado por práticas culturais*: a saída ao mar para o comércio, pirataria, exploração ou colonização foi motivada e estruturada por motivações econômicas, religiosas e sociais, *sendo comum a diversas etnias diferenciadas* existentes em toda a Escandinávia durante a Era Viking, com diversos elementos culturais semelhantes, como linguagem, mitologia, religiosidade, cotidiano, entre outras. (LANGER, 2015: 546)

Primeiramente, cabe ressaltarmos aqui que tanto o conceito de viking quanto o de escandinavos podem ser perfeitamente utilizados, desde que especifiquemos o contexto no qual ambos são aplicados e o uso de um não inviabiliza o outro.

No Brasil, tende a ser mais usual a adoção do vocábulo “viking”, o qual veio acompanhado pela influência da academia anglo-saxã, principalmente a partir das décadas de 60-70, e da posterior difusão desses grupos como parte de uma cultura de massa, para a qual quadrinhos, filmes e seriados contribuíram sobremaneira.

Na documentação escrita produzida entre os séculos IX-XI, esses povos eram, por vezes, designados como *Normannen*, cuja tradução seria “homens do norte” ou *Deniscan* “daneses” e em outras inclusive os escandinavos são identificados genericamente como *pagani* (pagãos). Pode-se dizer, portanto, que não há uma padronização nessa designação. De acordo com Judith Jesch, o termo “viking” pode ser

entendido e interpretado a partir de três referenciais específicos: etimologia, uso histórico e uso corriqueiro (JESCH, 2015: 4).

A palavra deriva dos vocábulos do idioma nórdico antigo *vikingr* e *viking* e remete à atividade econômica relacionada ao mar. Na academia, o termo refere-se a povos escandinavos que estabeleceram, a partir de sua expansão, contato com outras regiões, mas sem perder a referência do seu local de origem e de suas tradições culturais. Todavia, mesmo constantemente sendo remetidos às suas origens regionais e culturais, os vikings também estavam expostos, nos novos territórios em que viriam a se fixar, aos seus novos vizinhos e a novos modos de vida (JESCH, 2015:7)

Enquanto “viking” alude a práticas culturais relacionadas à saída para o mar, remetendo a uma *atividade* – à navegação, à pirataria –, ao mesmo tempo está ligado também à difusão de uma cultura de origem escandinava por outras regiões da Europa, num período específico que varia entre os séculos IX-XI.

Já o termo escandinavo remete à região de origem dessas populações, uma região marcada por relações sociais e culturais específicas. Por último, os termos como daneses ou nórdicos, por exemplo, são formas de distinção dos escandinavos enquanto grupos étnicos específicos.

Costumamos denominar o período de migrações desses povos e seu posterior estabelecimento em novas áreas de Era Viking, que vai de finais do século VIII e início do século IX até o século XI. Por mais que elejamos o ano de 793¹, o estabelecimento de uma data para o seu término pode ser problemático (RICHARDS, 2007: 6). Poderia-se fixar como marco, por exemplo, o ano de 1042, com a morte de Harthacnut, ou o ano de 1066, quando Harald Hardrada foi derrotado pelos normandos em Stamford Bridge. Por outro lado, seria possível extrapolar a Era Viking até finais do século XI, período de transições culturais e políticas na Escandinávia, marcado pela emergência de novos reinos – Suécia, Noruega e Dinamarca – e de sua associação com a Igreja a partir da adoção do cristianismo (JESCH, 2015: 10).

A unidade territorial e política da região da Escandinávia já era reconhecida por volta de 1070, como podemos atestar pelo clérigo Adão de Bremen (1045-1081/85), no quarto livro *Descriptio insularum aquilonis* (Descrição das ilhas do norte) de sua obra *Gesta Hammaburgensis ecclesiae pontificum* (História dos Arcebispos de Hamburgo). A partir de descrições geográficas da região e de seus costumes, a obra em questão

representou uma das principais fontes de informações acerca do Norte da Europa até o século XIII (JESCH, 2015: 19).

Ao contrário do que muitas vezes se pensa, a Escandinávia não permaneceu uma região isolada, fora do circuito europeu, até o momento dos primeiros ataques. Mesmo fora da esfera romana de poder, podemos identificar a influência de Roma na região da Jutlândia a partir de artefatos arqueológicos que chegaram à região, provavelmente na forma de presentes, por volta do século II. A presença de moedas de origem romana na costa ocidental da Escandinávia sugere que o contato com os romanos ocorria também a partir de trocas comerciais. Nesse sentido, provavelmente o consumo romano de pele de animais, principalmente foca, e de escravos representavam as principais conexões entre o Mediterrâneo e o Mar do Norte (WILSON, 1970: 18).

Sobre a vida dessas populações nesse período, as informações são possíveis a partir dos estudos arqueológicos, pois as fontes escritas no período são, praticamente, inexistentes. A vida cotidiana dos escandinavos era essencialmente agrária e os grupos sociais divididos em três categorias principais: não-livres (escravos adquiridos a partir do comércio com o continente e com o oriente), camponeses livres (pequenos proprietários de terra ou pessoa, as quais prestavam serviços para um senhor de terras) e a aristocracia (composta basicamente pelos *jarls*, lideranças guerreiras que congregavam ao redor de si seu exército particular composto por outros guerreiros) (WILSON, 1970:114-115).

O maior volume das informações que temos sobre os escandinavos nos séculos IX-X é proveniente de documentos medievais da Europa cristã e, conseqüentemente, a partir da visão dos povos invadidos. As principais fontes escritas produzidas, a partir do olhar desses povos, sobre o contexto da Era Viking e em regiões escandinavas são oriundas da literatura, como sagas e poemas skaldicos, ambos escritos em nórdico antigo, particularmente na Islândia e na Noruega e na Dinamarca.

Apesar de compiladas apenas nos séculos XII-XIII, a poesia skaldica e as sagas representam narrativas sobre seus antepassados e seus feitos como guerreiros, navegadores, exploradores e colonizadores eram celebrados. Nelas encontramos ainda informações importantes a respeito da sociedade e da cultura escandinavas, tanto em sua região de origem quanto fora dela, muito embora elas se constituam como fontes literárias o que, portanto, torna difícil uma delimitação do que é fato e do que faz parte do universo ficcional (LÖNNROTH, 2011: 225-226).

O mar representava um elemento importante na cultura escandinava. No lastro de uma tradição de povos navegadores, era dele de onde tiravam seu sustento, na forma de alimentos – a partir da pesca, por exemplo – ou como atividade econômica, na condição de comerciantes. Embarcações foram encontradas em Nydam, sul da Jutlândia, e em Klavsund, no norte da Noruega, datadas de antes do século VIII (WILSON, 1970:35-36), o que nos mostra que, antes mesmo das primeiras incursões pelo mar em direção ao continente europeu em finais do século VIII-IX, os povos escandinavos já usavam barcos como parte de seu cotidiano.

Entre os séculos VIII-XI, povos escandinavos, em sua maioria daneses e noruegueses, emigraram por motivos diversos e posteriormente fixaram-se na Europa ocidental, em regiões como as Ilhas Britânicas, Islândia, Ilhas Faroé e nas ilhas do Atlântico.

2. As migrações escandinavas e a ocupação da Inglaterra

Os povos escandinavos eram marcados por suas habilidades enquanto navegadores, exploradores e colonizadores e possivelmente uma das empreitadas de maior destaque foi a ocupação de regiões longínquas a oeste, no Atlântico, como a Islândia e a Groenlândia, ocupadas respectivamente nos séculos IX e X, por noruegueses, a partir de bases de operações nas Ilhas Britânicas (SAWYER, 2011: 8).

Fontes cristãs narrativas como os *Annales Bertiniani* (Anais de São Bertin), escritos no século IX e os *Annales Vedastini* (Anais de São Vaast), do século X, expressam com detalhes o ponto de vista das sociedades cristãs europeias e o suposto horror que esses povos causavam por onde passavam.

A Inglaterra não foi a única região da Europa ocidental a receber ataques vikings. Além das Ilhas Faroé, das Ilhas Escocesas e da Ilha de Man, os escandinavos também estabeleceram-se na Irlanda, fundando cidades como Dublin, Cork e Limerick e a partir destas organizaram as bases de seus próximos ataques à Inglaterra e ao continente. Cidades dos atuais Países Baixos e França como Quentovic, Rouen e Nantes também foram alvo de incursões entre os anos de 841-844 e a cidade de Paris foi atacada no ano de 911. Foi com a ocupação de Rouen e da região baixa do Sena, que o rei dos francos entregou essa área a uma liderança escandinava de nome Rollo (*Hrolf*,

em nórdico antigo), evento que levou à fundação do futuro ducado da Normandia (NEVEUX, 2008: 69).

Os primeiros ataques vikings, ainda em finais do século VIII, não buscavam terras, mas principalmente riqueza na forma de bens. Como causavam normalmente medo à população local, muitas vezes os saques e butins eram evitados via negociações de paz, pois era preferível pagar para que os invasores fossem embora ao invés de combatê-los.

Uma das explicações para o movimento migratório dos vikings foi a expansão comercial no norte da Europa, iniciada a partir de finais do século VII. A conexão da Inglaterra com o continente a partir de trocas comerciais desperta a atenção dos vikings, que vislumbram a possibilidade de lucrar, ou participando diretamente na condição de comerciantes, ou indiretamente na forma de ataques (SAWYER, 2011: 6). Em 862, quando o rei Carlos da França Ocidental começou sistematicamente a investir nas defesas do seu reino, os vikings direcionaram sua atenção para a ocupação da Inglaterra.

A maior parte das informações acerca da cronologia desses ataques está presente nas *Crônicas Anglo-Saxãs* e aquelas podem ser confirmadas pelo cruzamento de informações com outras fontes escritas, produzidas na Irlanda, em Gales e no continente.

Julian Richards, arqueólogo e professor da Universidade de York, em seu livro *Viking Age England*, divide as incursões escandinavas na ilha em quatro fases: 1) ataques esporádicos e pilhagem (789-864); 2) ocupação permanente (865-896); 3) extorsão de tributos (980-1012); 4) conquista política (1013-1016).

Os primeiros ataques, no entanto, não tinham por objetivo buscar terras, mas basicamente bens a partir dos saques. A primeira fase, que vai até metade do século IX, é marcada por diversos ataques, de acordo com as *Crônicas*. Entre finais do século VIII até a década de 30 do século IX, os ataques tornaram-se cada vez mais espaçados. Contudo, a partir de 836, eles passaram a ser cada vez mais regulares, com intervalos de mais ou menos dois anos, concentrados mais na parte sul da ilha e direcionados para os reinos de Mercia, Kent e Wessex.

Muitas vezes a documentação tende a exagerar o número de navios e de homens que compunham os exércitos invasores. Qualquer grupo com mais de 35 homens, pelas leis do século VIII, era considerado um *here* (exército), o que nos leva a crer que os primeiros exércitos que atacaram a Inglaterra eram compostos por algumas centenas e

que, mesmo os exércitos maiores, como o *micel here*, por exemplo, dificilmente chegaria a mil homens (RICHARDS, 2007: 26-27). O exagero no número por detrás das fontes nos sugere algumas possibilidades de interpretação. A primeira delas é que o cronista não tinha acesso ao número total de combatentes e, na ausência deste, acabava por repetir o de anos anteriores. A segunda, de que por se tratar de uma narrativa pró-anglo-saxões, um número expressivo de invasores valorizaria a vitória de Wessex ou seria a justificativa plausível para sua derrocada.

A partir de 865, começamos a observar referências nas *Crônicas* à permanência dos exércitos em determinadas regiões, na organização de *wintersetl* (acampamentos de inverno), os quais normalmente duravam a estação ou cerca de um ano. Foi certamente nesse período que uma maior quantidade de escandinavos se dirigiu para a região. Os ataques foram múltiplos e em locais diversos, envolvendo líderes, tais como Ivar, possivelmente associado ao rei dos vikings na Irlanda, Guthrum e Halfdan, dentre outros. Concomitantemente aos ataques escandinavos, o rei de Wessex Alfred direciona suas forças e estratégias para a construção dos *burhs*, peças fundamentais para conter o avanço dos invasores.

Um dos fatores de maior destaque nesse período foi o Tratado de Wedmore, após a vitória anglo-saxã sobre os escandinavos na batalha de Edington, travada em 878. O acordo entre Alfred e Guthrum delimitou a área, que posteriormente ficará conhecida como *Danelaw*, da Ânglia oriental e que estaria sob influência danesa, fora do escopo de Wessex. Outra consequência gerada pelo acordo foi o batismo de Guthrum e sua incorporação ao sistema de liderança dos anglo-saxões (RICHARDS, 2007: 35).

A partir do século IX, já há na Inglaterra assentamentos de origem escandinava em áreas anglo-saxãs. O interesse dos vikings na região, durante o reinado de Edgar e posteriormente de Æthelred, passava a ser a extorsão da população nativa, através do *Danegeld* (RICHARDS, 2007: 42). Os ataques concentram-se bem mais ao sul, no centro do poder de Wessex.

As estratégias utilizadas pelos anglo-saxões no combate aos escandinavos deram origem a novas formas de organização e instituições de governança. O fato de os anglo-saxões terem que se adaptar à maneira como os escandinavos combatiam impactou a forma como o reino estava organizado territorialmente e conseqüentemente a maneira como estruturava sua defesa (ABELS, 1996: 260).

Por último, a ocupação política da região, cujo ápice podem ser consideradas as batalhas travadas entre Æthelred e Swein Forkbeard, que resultaram na vitória deste e exílio do rei inglês na Normandia. Após a morte de Swein, em 1014, seu filho Cnut assumia o controle da ilha e daria continuidade ao controle escandinavo na Inglaterra. Æthelred retornaria à ilha no mesmo ano e permaneceria como rei até 1016, quando, após o ataque de Cnut novamente, os escandinavos estariam estabelecidos como governantes na ilha uma vez mais.

Os reinos anglo-saxões e a identidade inglesa

Os aspectos que marcaram a formação dos primeiros reinos anglo-saxões ainda é alvo de muitas dúvidas. O período que vai do século V ao VII é bastante carente de fontes documentais escritas e a única que narra os eventos do século V é *De excidio et conquestu britanniae*, de Gildas. A maneira de elucidar melhor o contexto do período seria, portanto, a partir de evidências arqueológicas.

Durante as migrações germânicas, sobretudo as que se direcionaram à antiga província romana da *Britannia*, por volta do século V, líderes guerreiros firmaram-se como reis em regiões específicas da ilha. Muito embora anglos, saxões, jutos e frísios tenham abandonado seu território de origem no continente europeu – mais precisamente o sul da Dinamarca e o norte da Alemanha – indícios de práticas funerárias na ilha similares às de suas regiões natais mostram-nos que as suas tradições não foram esquecidas ou abandonadas. Essas práticas eram seguidas conscientemente e representavam uma estratégia para que os grupos que estavam fora de seus locais de origem não perdessem sua identidade enquanto coletivo (YORKE, 2008: 21-22).

No que tange à autoridade régia, esta poderia ser exercida de diferentes maneiras na ilha, haja vista que tais lideranças guerreiras estavam em constante disputa uns contra os outros. Havia reis e sub-reis, os quais estavam submetidos a esses, muito embora tivessem sua autoridade reconhecida enquanto governantes em suas regiões (YORKE, 1995: 64).

Com relação à organização dos primeiros reinos anglo-saxões, estes apresentam suas bases em grandes extensões de terra com outras áreas submetidas e dependentes de um centro residente que os anglo-saxões chamavam de *villa*, em latim, e *tun*, em inglês antigo, e representavam centros da autoridade de um rei. Por volta dos séculos VII-VIII,

um conjunto de *villae* reais e seus territórios subordinados formavam *regiones*, divididas como tal para fins administrativos. A autoridade régia no século VII-VIII estendia-se então sobre uma determinada região e sobre determinados povos que estavam nela assentados (YORKE, 2003: 5).

Apesar das referências constantes a reinos anglo-saxões, é importante termos em mente que a denominação a estes enquanto povos que ocupavam áreas específicas, exercendo seu domínio não significava que todas as populações assentadas na região correspondiam àquele determinado grupo étnico. Aliás, é muito difícil traçarmos e elencarmos nessa época grupos específicos a regiões determinadas, assunto o qual já tratamos no primeiro capítulo ao discutirmos sobre etnicidade e estudos medievísticos.

A formação da identidade inglesa constituiu-se em um processo de longa duração durante o medievo. Todavia, caso pudéssemos traçar os primeiros passos desse percurso, estes seriam certamente a partir do reino de Wessex, cuja fundação está associada à dinastia dos *Gewissæ*, povo saxão que se fixou na parte alta do Tâmbisa. A análise crítica sugere que a liderança saxã Cerdic, considerado fundador da dinastia dos saxões do oeste, teria se fixado na região por volta de 530 (YORKE, 2003: 132). Ao longo do século VIII, os governantes de Wessex passaram a se expandir a oeste, para o território dos Hwicce, e ao norte para as terras da Mercia. Tal fator lançava as bases para que, durante o século IX, a identidade inglesa fosse progressivamente forjada.

No caso específico dos povos das Ilhas Britânicas, o amálgama da tradição germânica, clássica e bíblica – e, em alguns casos, inclusive celta – auxiliou a construção dos mitos fundadores. Nas *Crônicas*, pelo fato de terem sido produzidas e compiladas em diferentes regiões da ilha, constam lendas de Kent (Hengist e Horsa), dos saxões do sul (*Ælle* e seus três filhos), dos jutos na Ilha de Wight (Stuf e Wihtgar), assim como dos saxões do oeste (Cerdic e Cynric) (YORKE, 2008: 17).

O trecho a seguir elucida as pretensões políticas, no século IX, do reino de Wessex.

A Crônica não cria caso em reclamar essas áreas anteriormente (dos saxões do sul e de Kent), mas proporciona uma origem comum em batalha contra um inimigo em comum para as áreas do sudeste, que se tornaram parte dos novos territórios conquistados por Wessex durante o período de Alfred. Todas as lendas de origem na Crônica podem ter sido originadas antes do século IX, mas elas provavelmente passaram por adaptação e manipulação consideráveis, com o objetivo de se adequar ao formato analítico da Crônica e para obedecer o que pode ter sido seus principais objetivos. O uso de

fórmulas repetidas ajuda a unificar uma a outra e o texto como um todo.² (YORKE, 2008: 19).

Apesar de ter recebido inspiração a partir de uma série de eventos anteriores ao século IX, as *Crônicas* só começaram a ser compiladas em Wessex durante o período alfrediano. Em se tratando de construção de mitos fundadores e reivindicação de territórios, a elaboração de uma tradição – que só ocorreu bem posterior ao evento em si – forneceu as ferramentas necessárias para a elaboração e manipulação da documentação, concedendo ao texto certa uniformidade.

No entanto, quem mais influenciou a formação do chamado povo inglês foi a *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*, de Beda.

O mito de origem germânico que mais influenciou o sistema literário foi, claro, o de Beda, desenhando provavelmente os desenvolvimentos de algo que já havia sido feito por clérigos em Kent. Foi Beda, ao que parece, que casou a lenda da origem germânica com outra ainda mais poderosa que se pode traçar a partir da Bíblia, aquela de um Povo Eleito com um destino a cumprir – uma profecia cristã para tomar o lugar de uma pagã antiga, produzida por Gildas. Ao fazer isso, Beda produziu uma imagem potente que inspiraria uma grande série de ligações entre as migrações anglo-saxãs e os filhos de Israel e levaria, em última análise, a um próximo estágio de etnogênese – a do povo inglês.³ (YORKE, 2008: 29).

Apesar de não ter vivido em Wessex, mas na região da Northumbria – reino de origem angla – Beda é até hoje considerado um dos principais responsáveis pela visão dos anglo-saxões como povo eleito. É interessante ressaltar que até mesmo a terminologia com relação ao gentílico inglês é oriunda de terminologia cristã, pois deriva de anglo, do latim *anglicus*, que dará origem mais tarde ao inglês antigo *Angelcynn*. A referência identitária utilizada por Wessex no século IX será, portanto, uma (re)leitura daquela utilizada por Beda um século antes. O termo “anglo” é utilizado, muito embora Wessex fosse identificado tradicionalmente como uma região de saxões. Ainda nos séculos V-VI, o termo “saxão” era utilizado por muitos autores do continente para descrever os povos da ilha. Contudo, nos séculos seguintes, o vocábulo “saxão” passou a estar ligado às origens continentais desses povos germânicos, retornando ao seu passado migratório e a sua fixação na ilha e o termo *Anguli/Angli* passava a defini-los (FOOT, 1996: 42).

Gens anglorum é, na verdade, anterior a Beda. Segundo Wormald, o termo já teria sido usado por Bonifácio e por Gregório, responsáveis pela primeira missão

cristianizadora que chegou a Kent em 597 na busca de uma única igreja em toda ilha, unificada em torno de um único povo. Todas as cartas enviadas por Gregório a Agostinho acerca de sua missão em Kent referem-se a eles como anglos. Foot menciona ainda a carta enviada pelo papa a Eulogios, bispo de Alexandria, em 598, na qual descreve o sucesso dessa missão cristianizadora enviada ao *gens anglorum* (FOOT, 1996: 42).

Essa imagem gerou uma potente projeção ao longo dos anos seguintes. Canterbury tornou-se um centro religioso importante na ilha, como *caput totius gentis Anglorum* (WORMALD, 1994: 125). A supremacia angla sobre os saxões não se dava por motivos bélicos ou políticos, mas pelo braço eclesiástico como centro irradiador do cristianismo na Inglaterra. Esse senso de unidade enquanto povo de Deus, envolto, de fato, pela diversidade étnica à qual a Inglaterra estava submetida, fazia-os lembrar de que pertenciam a um povo eclesiástico, irmãos em Cristo e guiados pela Igreja.

Beda estava provavelmente certo ao não focar, como outros historiadores das gentes dos primeiros tempos medievais, na migração ou na conquista sob Heerkönige, mas na iniciativa evangélica de um papa como a chave para o *Stammesbildung* inglês. Se os anglo-saxões não tinham “romanos” para cunhar sua coerência política de acordo com seu próprio interesse e nenhum ‘homem de arte’ para trazer ideais de uma identidade comum através das fronteiras políticas, eles tinham uma Igreja, que representava ambos os papéis.⁴ (WORMALD, 1994: 128).

Muito embora não fossem unificados enquanto único reino, ainda no século VIII, Beda configurava, a partir da missão de Agostinho enviada por Gregório no século VI, o arcabouço teórico utilizado pelos anos seguintes por várias lideranças, sejam de origem angla ou saxã, ao traçarem e reforçarem suas identidades enquanto coletivo. As ideias políticas seriam posteriormente relidas a partir de um ponto de vista espiritual, na certeza de pertencimento a um povo eleito. *Angli* era também a forma como os povos germânicos eram reconhecidos na ilha pelos seus vizinhos continentais, a fim de serem diferenciados das porções dos territórios de influência celta (FOOT, 1996: 45). O gentílico anglo-saxão passa a ser a forma como o continente identifica os povos da ilha, a fim de diferenciá-los dos saxões continentais.

A Igreja, portanto, fornecia as bases, a fim de dar coerência enquanto grupo e com o intuito de extrapolar as fronteiras territoriais, políticas e étnicas na ilha. Pertencerem a grupos étnicos distintos pouco importava, frente à unidade enquanto

povo de Deus. Sendo assim, *gens Anglorum* foi privilegiado enquanto principal indicativo identitário para tratar dos povos anglo-saxões, porque era o único que conseguia dar conta das aspirações religiosas e espirituais, para além de questões políticas. Mais tarde, nos séculos IX-X, o termo serviria também enquanto uma estratégia na luta contra os escandinavos.

Antes da utilização em larga escala do termo “inglês” na ilha, a adoção do vocábulo *anglo-saxão* era entendido como uma referência ao reino de Wessex por volta de 880. As alianças estabelecidas entre os saxões do oeste e a Mercia demonstram a extensão do poder de Wessex na região, sendo a Mercia, uma região marcada por povos de origem angla, e Wessex, um reino de tradição saxã.

Na visão de Simon Keynes, o termo *anglo-saxão* caracteriza essa relação dual, porém não equilibrada entre Mercia e Wessex. A designação de Alfred como *rex Angul Saxonum* não teria como bases apenas a versão de Beda via Agostinho, mas era fruto também da conjuntura política da segunda metade do século IX e das novas relações estabelecidas entre ambos os reinos ao sul da ilha (KEYNES, 1998: 25-26), que se colocavam também como imprescindíveis frente a presença de povos invasores.

O primeiro a utilizar o gentílico *inglês* no sentido de uma comunidade política foi provavelmente Alfred, o que não indicava, todavia, que houvesse essa unidade de fato. O primeiro registro escrito do termo *Angelcynn* não foi produzido em Wessex, mas na Mercia. Trata-se de um *charter*, de 855, emitido pelo rei Burgred. No entanto, a forma como o vocábulo é empregado no *charter* não é a mesma que será utilizada por Alfred em finais do século IX. De acordo com Foot, a concepção de “ingleses” utilizada por Alfred traz consigo outras tradições da ilha, como por exemplo, as leis, cuja produção remete a reis de Kent, Mercia e Wessex. As leis alfredianas aproximavam-se das do povo de Israel e elencá-las reforçava a representação dos anglo-saxões como povo eleito (FOOT, 1996: 32).

A opção de Alfred por “anglo” ao invés de “saxão” representava uma escolha consciente de uma visão já pré-estabelecida acerca da suposta unicidade “inglesa”, chancelada e reconhecida por Beda através do termo latino *gens anglorum*, o qual diferenciava os povos germânicos dos seus vizinhos de origem celta e criava uma única igreja subordinada à Roma (McKINNEY, 2011: 96).

A ideia de povo cunhada a partir da corte alfrediana possui, portanto, um viés religioso forte, que dá coesão aos povos da ilha. Um único povo inglês é precedido por

uma única igreja inglesa (WORMALD, 1994: 13) e, nesse sentido, podemos dizer que a experiência da formação da Inglaterra é bastante peculiar quando comparada com o continente. A proposta apresentada por Alfred é parcialmente influenciada por Beda. A outra parte representa uma promoção consciente por meio sua corte e do seu programa educacional (FOOT, 1996: 36).

Destarte, Alfred encontrou a maneira de promover o ideal desenvolvido por Agostinho e promovido por Beda – uma Igreja, um povo, uma fé – e que preconizava também uma unidade política, muito embora ainda haja uma série de referências a identidades locais (mercios e da região de Kent, por exemplo) nas *ASC*. Ao mesmo tempo em que possivelmente viam-se como ingleses, os membros dessa aristocracia poderiam se identificar também a partir de outros referenciais identitários, principalmente ao se distanciarem de centros de referência como a corte de Wessex e Canterbury, por exemplo (FOOT, 1996:48). As identidades eram construídas circunstancialmente e podiam ser modificadas de acordo com as escolhas individuais e coletivas.

Logo, não importava as lideranças políticas de Wessex serem saxãs enquanto grupo étnico. O passado evocado não era o dos primeiros migrantes e conquistadores da ilha, mas o legado religioso cristão que a missão evangelizadora de Agostinho proporcionara. A luta contra os escandinavos representará o último elo organizador da identidade inglesa, a partir da presença de um inimigo estrangeiro e comum aos outros reinos da ilha. Nesse aspecto, o projeto expansionista da casa de Wessex aproxima-se bastante do modelo ideológico das dinastias Carolíngia e dos Otônidas, com a vantagem adicional do esquema apresentado por Beda (WORMALD, 1994: 14).

A partir de 880, as *Crônicas* atestam os ataques dos escandinavos ao Reino Franco até o ano de 887, momento, segundo a crônica, em que os nórdicos chegaram a Paris. A escolha pelos cronistas em privilegiar tais eventos não se deve apenas ao valor que atribuíam a eles. Tais trechos expressariam o gradual desmantelamento do mundo carolíngio na Europa ocidental, mesmo período em que, de certa forma, Alfred forma o povo inglês (FOOT, 2005: 100).

Destarte, enquanto os francos sofriam baixas e perdas territoriais, a Inglaterra começava a se unir em torno da liderança de Alfred. Mesmo tendo perdido o reino da Northumbria ao norte e tendo sido fundado o reino escandinavo de York, a porção sul do Humber resistia às investidas dos nórdicos, graças a alianças entre Wessex, Mercia e

Kent. Seja a partir da vertente em inglês antigo *Angelcynn* ou latina de *Anglo Saxonum*, a identidade dos povos da ilha era organizada como um projeto político de Wessex e largamente utilizada nas fontes documentais escritas.

É importante destacarmos também o caráter relacional dos termos *Angelcynn* e *Englisc* em comparação a *Dane* e *Danisc*, por exemplo. A relação identitária só faria sentido utilizar uma palavra que expressasse a identidade inglesa quando pensada esta em contraponto com um povo invasor. A luta contra os escandinavos representaria, portanto, o último elo que faltava para dar coesão aos povos da ilha: a presença de um inimigo comum (DOWHAM, 2009: 146).

Analisando as Crônicas Anglo-Saxãs

Crônicas Anglo-Saxãs é um termo convencionalmente aplicado por pesquisadores modernos a uma série de anais e crônicas produzidos, compilados e organizados a partir do final do século IX, por volta do ano 890. As ASC, ao todo, são marcadas por 8 manuscritos escritos em *inglês antigo* e apenas com tradução latina. Os manuscritos são: MS. A – *The Parker Chronicle* ou *The Winchester Chronicle* (c. 891-1093), MS. B – *The Abingdon Chronicle I*, compilado a partir do ano 1000, MS. C – *The Abingdon Chronicle II*, compilado na 2ª metade do século XI-1066, MS. D – *The Worcester Chronicle*, compilado a partir do século XI e que inclui algum material de Beda, MS. E – *The Peterborough Chronicle*, MS. F – *The Cantebury Bilingual*, duas compilações: em latim e inglês antigo, MS G, que é uma cópia do MS. A e o MS H – apenas um fragmento que contém os anos de 1113-1114 (SWANTON, 2000: 21).

As *Crônicas* foram provavelmente compiladas a partir de anais de Kent, Sussex, Mercia e, principalmente, Wessex. Além dessa tradição diversa da ilha, as *Crônicas* foram supostamente escritas por vários compiladores, numa espécie de processo colaborativo, de forma que não é possível identificarmos traços individuais no texto a quem possamos atribuir autoria (FOOT, 2005: 99). Nela encontramos ainda uma série de referências ao passado pré-cristão, muito embora no momento em que o texto passou a ser compilado, já fossem os reinos anglo-saxões cristianizados. Todavia, a presença de elementos culturais anteriores ao cristianismo não relativiza a crença desses povos, mas nos mostra que eles estavam inseridos numa tradição cultural que remetia ao período

anterior às migrações para a ilha e que esta tradição fazia parte de sua construção identitária enquanto grupo.

É justamente durante o período de Alfred, momento em que as *Crônicas* começavam a ser compiladas, que o sincretismo entre o passado pagão e o passado bíblico se encontram, ligando os primeiros patriarcas do livro dos Gênesis a figuras do período pré-cristão e construindo a lógica das novas genealogias régias (ANLEZARK, 2002: 17).

O primeiro trecho narra a vitória de Alfred sobre os escandinavos e a ocupação de Londres no ano de 886.

Neste ano, o exército, que antes havia chegado ao leste, chegou ao oeste e depois acima do Sena, e estabeleceu acampamentos de inverno. Neste mesmo ano, rei Alfred ocupou Londres e todos os ingleses se submeteram a ele, exceto aqueles capturados pelos homens daneses e ele assegurou esta cidade a ealdorman Æthelred.⁵

Londres era um importante empório na ilha no momento da chegada dos escandinavos. Apesar de tradicionalmente sobre domínio e influência Mercia, tendo em vista a grande quantidade de moedas cunhadas por reis mercios do período encontradas na cidade em escavações arqueológicas (KEYNES, 1998: 25), a conquista da cidade por Alfred marca a influência de Wessex na região, mesmo que indiretamente, via a administração de Æthelred. O termo *Angelcyn* para se referir aos ingleses da região, corrobora com o que o expusemos de que sua utilização é uma tentativa de agregar anglos, pelo lado da Mercia, e saxões, pelo lado de Wessex, da ilha, como parte de seu projeto político. No entanto, a supremacia de Wessex está também destacada nos títulos utilizados pelos envolvidos na conquista da cidade: Alfred é *cyning* (rei), ao passo que Æthelred é *ealdorman*.

Chama nossa atenção também a expressão *þæt buton Deniscra monna hæftniede was* que especifica, supostamente, de onde eram os grupos escandinavos presentes na Inglaterra. Tendemos a identificar os povos escandinavos, de acordo com o exposto pela documentação escrita, pela sua região de origem. Todavia, essa identificação não é exata, tampouco correta. As fontes documentais escritas produzidas durante as migrações dos escandinavos tendem a defini-los a partir da lógica das populações invadidas e não da dos nórdicos (DOWHAM, 2009: 139).

Outra passagem da narrativa com referências à identidade inglesa e danesa é a da morte de Alfred, em 899: “*Neste ano ingleses e daneses lutaram em Tattenhall e Æthelred, ealdorman dos mercios faleceu, e rei Edward ascendeu em Londres e em Oxford, (...)*”⁶.

Ongelcyn, apesar da grafia distinta do trecho anterior, seria outra versão para *ingleses*, em inglês antigo. Essa é a única passagem do MS. A em que a palavra é grafada com a letra “o” ao invés de “a”, o que sugere a filiação do copista à grafia da Mercia (FOOT, 1996: 35).

Outro aspecto que merece destaque no trecho é o termo *Dena* (dos daneses). A maior parte das passagens das *Crônicas* – e isso inclui praticamente todos os manuscritos – utilizam o termo *danes* para se referir aos vikings que atacaram a ilha e a terminologia adotada não significa que houvesse precisão com relação à origem dos povos escandinavos.

Não há informações suficientes para afirmar que todos os povos envolvidos na invasão e na ocupação da Inglaterra eram provenientes da Dinamarca, certamente não. É muito mais provável que a denominação das fontes esteja ligada a uma tradição que estas seguem na maneira de denominar os povos invasores do que propriamente os exércitos em questão dispusessem de pessoas de um mesmo grupo étnico em sua composição (DOWHAM, 2009: 152).

A identidade inglesa continua sendo uma referência utilizada após o período de Alfred pelos seus sucessores, Edward (899-924), e Æthelstan (924-939), sobretudo com relação à extensão da autoridade régia. No MS. D, no ano de 910, o termo *ængle* é utilizado no lugar de *Angelcynn*, para aludir aos ingleses: “*Her ængle 7 Dene gefuhton æt Totanheale. 7 Æþelred Myrcna ealdor forðferde, 7 Eadward cyning feng to Lundenbyrig, 7 to Oxnaforda, (...)*”⁷. O MS. D, conhecido também como *The Worcester Manuscript* foi compilado nas Midlands ocidentais, anteriormente território dos hwicce e mais distante do centro de poder do reino de Wessex.

Considerações finais

A construção da identidade inglesa foi um processo, centrado no reino de Wessex, iniciado por Alfred e consolidado nos governos posteriores por seus

descendentes. As motivações por trás desse projeto político incluíam, sobretudo a luta contra os escandinavos, iniciada na segunda metade do século IX.

O vocábulo *Angelcyn* é, portanto, a expressão deste a partir da vertente cristã *gens anglorum*, cunhada por Agostinho e difundida por Beda para designar uma comunidade que não é apenas política, mas também eclesiástica e espiritual. As diferentes tradições enquanto grupos étnicos auxiliam a moldar a identidade enquanto grupo na ilha e, muito embora o reino de Wessex seja tradicionalmente identificado como saxão, a adoção da identificação a partir do vocábulo *anglo* é que prefigura nessa nova forma de identidade.

Referências Bibliográficas

Crônicas Anglo-Saxãs. Original em inglês antigo disponível em <http://asc.jebbo.co.uk/a/a-L.html#>

SWANTON, Michael. *The Anglo-Saxon Chronicles*. London: Phoenix Press, 2000.

ABELS, Richard. English Logistics and military administration, 871-1066: The Impact of the Viking Wars. In: NØRGÅRD, Anne Jorgensen & CLAUSEN, Birthe L. In: *Studies in archaeology & history - Military aspects of Scandinavian society in a European perspective, AD 1-1300: papers from an international research seminar at the Danish National Museum, Copenhagen, 2-4 May, 1996*. Copenhagen: National Museum, 1997. p. 257-265. Retirado de <http://deremilitari.org/2013/07/english-logistics-and-military-administration-871-1066-the-impact-of-the-viking-wars/>. Acessado em 16/05/2017.

ANLEZARK, Daniel. Scaef, Japheth and the origins of the Anglo-Saxons. In: *Anglo Saxon England*, vol. 31, 2002. p. 13-46.

DOWHAM, Clare. ‘Hiberno-Norwegians’ and ‘Anglo-Danes’: anachronistic ethnicities and Viking-Age England. In: *Mediaeval Scandinavia* 19 (2009) 139–69.

FOOT, Sarah. Finding the meaning of form: narrative in annals and chronicles. In: PARTNER, Nancy. *Writing Medieval History*. New York: Oxford University Press, 2005. p. 88-105.

_____ The Making of Algelcynn: English Identity Before the Norman Conquest. In: *Transactions of the Royal Historical Society*. Sixth Series, Vol 6, 1996. p. 25-49.

HINDLEY, Geoffrey. *A brief history of the Anglo-Saxons: The beginnings of the English nation*. London: Robinson, 2006.

KEYNES, Simon. King Alfred and the Mercians. In: BLACKBURN, Mark and DUMVILLE, David N. *Kings, Currency and Alliances: History of Coinage of Southern England*. Woodbridge: The Boydell Press, 1998. p. 1-45.

- LANGER, Johni. *Dicionário de Mitologia Nórdica: símbolos, mitos e ritos*. São Paulo: Hedra, 2015.
- LAPIDGE, Michael, BLAIR, John, KEYNES, Simon and SCRAGG, Donald. *The Blackwell Encyclopaedia of Anglo-Saxon England*. Oxford: Blackwell Publishing, 2008.
- McKINNEY, Windy A. *Creating a gens Anglorum: Social and Ethnic Identity in Anglo-Saxon England through the Lens of Bede's Historia Ecclesiastica*. Março de 2011. 263 páginas. Tese. Centre for Medieval Studies/University of York.
- RICHARDS, Julian D. *Viking Age England*. Stroud: The History Press, 2007.
- WILSON, David. *The Vikings and their Origins: Scandinavia in the First Millennium*. London: Thames and Hudson, 1970.
- WORMALD, Patrick. *Engla Lond: the Making of an Allegiance*. In: *Journal of Historical Sociology*, Vol 7, No. 1, March, 1994. p. 1-24.
- YORKE, Barbara. *Kings and Kingdoms of Early Anglo-Saxon England*. Taylor&Francis e-Library, 2003.
- _____. Anglo-Saxon Origin Legends. In: BARROW, Julia & WAREHAM, Andrew. *Myth, Rulership, Church and Charters: Essays in Honour of Nicholas Brooks*. Hampshire: Ashgate Publishing Limited, 2008.
- _____. *Wessex in the Early Middle Ages*. London: Leicester University Press, 1995.

¹ Momento do ataque ao mosteiro de Lindisfarne, na Northumbria, de acordo com *Crônicas Anglo-Saxãs*.

² “The Chronicle makes no case for prior claims in these areas, but does provide a common origin in battle against a common foe for the south-eastern areas that had become part of the enlarged Wessex by the time of Alfred. All the origin legends in the Chronicle may have originated before the ninth century, but they probably underwent considerable adaptation and manipulation in order to fit into the Chronicle’s annalistic format and to comply with what may have been its over-arching aims. The use of repeated formulae helps to unify them with each other and the text as a whole.”

³ “The most influential literary embellishment of the Germanic origin myth was, of course, that of Bede, drawing perhaps on developments that had already been made by clerics in Kent. It was Bede, it would appear, who married the Germanic origin legend with an even more powerful one drawn from the Bible, that of a Chosen People with a destiny to fulfill – a Christian prophecy to take the place of an earlier pagan one recorded by Gildas. In so doing Bede produced a potent image which would inspire much proliferation of links between the migrations of the Anglo-Saxons and the Children of Israel, and would lead ultimately to a further stage of ethnogenesis – that of the English people.”

⁴ “Bede was probably right to focus not, like other historians of early medieval gentes, on migration and conquest under Heerkönige, but on the evangelical initiative of a pope as the key to English Stammesbildung. If the Anglo-Saxons had no ‘Romani’ to further their political coherence in their own interest, and no ‘men of art’ to carry ideals of common identity across political frontiers, they had a Church which played both roles.”

⁵ “Her for se here eft west þe ær east gelende, 7 þa up on Sigene, 7 þær wintersetl namon. Þy ilcan geare gesette Ełfred cyning Lundenburg, 7 him all Angelcyn to cirde, þæt buton Deniscra monna hæftniede was, 7 hie þa befæste þa burg Eþerede aldormen to haldonne.”

⁶ “Neste ano morreu Alfred, filho de Æthelwulf, seis noites antes do dia de Todos os Santos; ele foi rei de todos os ingleses, menos daqueles que estavam sob a autoridade dos daneses (...).”

⁷ “Her gefor Ælfred Apulfing, syx nihtum ær ealra haligra mæssan; Se wæs cyning ofer eall Ongelcyn butan ðæm dæle þe under Dena onwalde wæs (...)”.